



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2117 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 14 - Sociologia da Educação

## VIOLÊNCIAS INVISÍVEIS NOS ESPAÇOS ESCOLARES: RELAÇÕES ENTRE ESTUDANTES

Jose Reinaldo Riscal - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Anderson Severiano Gomes - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Este estudo trata da invisibilidade das violências nas relações entre estudantes no ambiente escolar. Para sua efetuação foram selecionados alguns dados de situações de humilhação, sofrimento e violência nas relações interpessoais em ambiente escolar da pesquisa *Agenda Juventude Brasil*. Como resultado, foi percebido que estudantes vitimizados referem-se não apenas ao contexto e à intenção de agressores na escola, mas se remetem também à interpretação subjetiva de sofrimentos traumáticos que fazem dessas experiências, um marco de violência em suas vidas. O espaço escolar foi tido como o local de pior experiência de humilhação, desrespeito ou discriminação. Dentre as formas tipificadas, além do deboche, *bullying* e apelidos, também, há discriminação pela aparência, discriminação racial, insultos e xingamentos, que são formas de violência simbólica que denotam ansiedade e distúrbios psíquicos resultantes dessas situações. As microrrelações que determinam a vida cotidiana escolar, por meio de uma invisibilidade consentida, têm submetido estudantes a um tipo de violência invisível que ainda não se tornou pertinente para educadores, causando falta de proteção social.

### Introdução

Este estudo trata da invisibilidade da violência nas relações entre estudantes no ambiente escolar. Para sua efetuação foram selecionados alguns dados relativos ao problema, na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*. Essa pesquisa de opinião, de caráter nacional, foi realizada no ano de 2013, e abordou questões relativas à juventude brasileira, como: seu perfil, demandas e formas de participação social. A pesquisa, cujo objetivo foi subsidiar a elaboração de políticas públicas, é um projeto da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), órgão da Secretaria Geral da Presidência da República. Para o presente estudo foram selecionados alguns resultados, com ênfase naqueles que apresentam dados relevantes para a compreensão da relação escola/violência.

Comunidade escolar, gestores e dirigentes educacionais têm considerado as violências escolares um dos principais problemas a serem enfrentados no ambiente da escola. Parece ser uma tendência geral considerar a violência escolar como um reflexo da violência social e relacionar as instituições com maiores índices de violência com a sua localização em regiões consideradas mais violentas ou com maiores indicadores de pobreza. As principais providências tomadas para enfrentar o problema têm sido o uso de grades e de ostensivos sistemas de segurança, com o intuito de intimidar possíveis agressões externas. Entretanto, pouco se tem discutido sobre o papel da própria escola na produção da violência que tem marcado as relações escolares.

Embora debates sobre *bullying*, racismo, problemas de gênero e sexualidade hoje sejam mais frequentes, as violências, como objeto de pesquisa, nas relações cotidianas da escola ainda são poucas. A última coisa que se deseja imaginar é que a escola possa ter se tornado um espaço para o aprendizado da violência. Isso decorre do fato de, em sua maioria, as relações de violência encontrarem-se tão naturalizadas que se tornam corriqueiras e sequer são percebidas como tal. Pequenos gestos, uso de termos, entonação de voz mais agressivos, ordens arbitrárias e autoritarismo, entre outras formas de expressão da violência cotidiana, deparam-se de tal forma imiscuídos na cultura escolar que seu sentido violento se apresenta apenas de forma marginal e obscura. Muitas vezes consideradas necessárias pelas autoridades, sua presença é constante, e caracterizam não apenas relações professor-aluno como também as relações entre colegas estudantes. A falta de posicionamento da equipe gestora e docentes, em relação à forma agressiva como muitos alunos se tratam, legitima uma cultura de violência como se fosse algo naturalizado, tornando-se invisível.

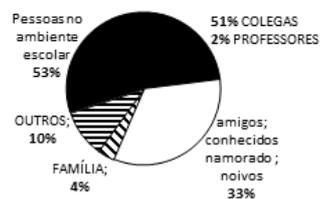
### Procedimentos metodológicos

A partir dos microdados selecionados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* (2013), procedeu-se uma análise das situações de humilhação, sofrimento e violência nas relações interpessoais em ambiente escolar. A investigação nacional adverte que 26% dos entrevistados passaram por alguma experiência de humilhação, desrespeito ou discriminação, sendo que para 33% desses sujeitos isto ocorreu até a idade de 14 anos. Além disso, dentre estes 62 % afirmaram que sua pior experiência de humilhação ocorreu em ambiente escolar, e 53 % asseguraram que esta foi praticada por pessoas relacionadas com a escola. Apenas 22% dos entrevistados atribuíram aos professores a responsabilidade pela situação de humilhação, desrespeito ou discriminação, enquanto 51% atribuíram essa situação aos colegas.

**Figura 1.** Local onde ocorreu a pior experiência de humilhação, desrespeito ou discriminação



**Figura 2.** Quem praticou a humilhação, desrespeito ou discriminação na pior experiência de que foi vítima



A instituição escolar apresenta-se, assim, como um espaço propício a humilhações, desrespeitos pessoais e tratamentos discriminatórios entre pessoas da faixa etária analisada, derrubando, dessa maneira, o mito da escola como espaço civilizatório. Os dados permitem que se considere que, para esses sujeitos, a escola foi marcada como local de sofrimento pessoal de diferentes naturezas.

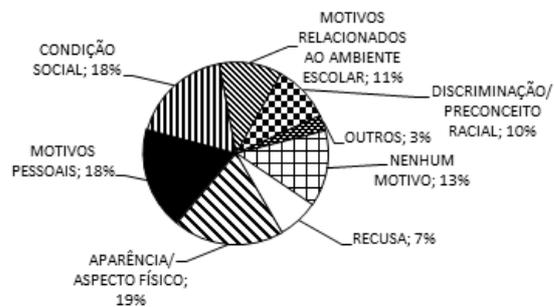
Embora se associe frequentemente a violência às camadas sociais mais pobres e excluídas, é interessante observar que a declaração relativa à humilhação, desrespeito ou discriminação é distribuída quase equitativamente entre as diferentes faixas socioeconômicas, denotando que a violência intraescolar não é maior entre as camadas mais pobres. A violência no espaço escolar apresenta-se, dessa forma, como resultado das próprias relações escolares e das interações sociais que nela se realizam.

Na resposta relativa ao motivo da pior experiência de humilhação, desrespeito ou discriminação na escola, os itens relativos à aparência (19%), a motivos pessoais (18%) e à condição social são os dominantes. Entretanto, o ambiente escolar aparece em quarto lugar (11%), seguido de discriminação e preconceito racial em quinto lugar (10%). Esse item revela a dificuldade das relações interpessoais no ambiente escolar. Considerando-se que o ambiente escolar possa significar as situações de aprendizagem, práticas docentes ou relações de poder próprias à instituição escolar, o índice de 11% pode revelar a dificuldade de os entrevistados identificarem o papel da instituição nas situações de humilhação, desrespeito ou discriminação, uma vez que não consideram as demais formas como resultantes do ambiente escolar.

Em particular os altos índices de respostas relativas à aparência física, à condição social e à discriminação racial certamente são propiciados pelo ambiente escolar se tais situações não forem combatidas ou recriminadas explicitamente. Dificilmente essas experiências de humilhação, desrespeito ou discriminação e os conflitos delas resultantes são desconhecidos da comunidade escolar (equipe gestora, docentes e funcionários), o que denota uma conveniente ignorância ou a pouca relevância atribuída a esse tipo de problema.

Deve-se considerar, por outro lado, que a violência das relações intraescolares torna ainda mais difíceis as condições de trabalho docente. Despreparada para lidar com esses problemas, boa parte dos educadores prefere ignorar sua existência ou deixar que os próprios alunos resolvam suas dificuldades, considerando que esse tipo de violência se encontra fora do escopo de suas atividades. Esse tipo de atitude contribui para invisibilizar as relações de violência na escola, levando ao abandono do sujeito humilhado, desrespeitado ou submetido à discriminação à sua própria sorte.

**Figura 3.** Motivos da pior experiência de humilhação, desrespeito ou discriminação na escola



Um dos aspectos mais interessantes da pesquisa refere-se ao tipo de humilhação sofrida. A questão apresentada aos entrevistados solicita que descrevam como foi a pior experiência de humilhação, desrespeito ou discriminação que sofreu, indicando o que aconteceu, qual foi o motivo do desrespeito e qual atitude tomada.

Para a avaliação dos dados, as respostas foram agrupadas segundo três categorias: recusou-se a responder esse aspecto da violência sofrida, violência física e violência simbólica. Na categoria denominada violência física foi considerada as declarações relativas à violência física/agressão física de colegas ou terceiros. Na categoria denominada violência simbólica foi considerada as declarações: constrangimento, xingamento, humilhação, insulto (sem citar que foi público); preconceito, discriminação racial - por ser de cor negra, foi chamado de negro, de macaco, de urubu; discriminação pela aparência física - gordo(a), magro(a), feio(a), bonito(a), ter olhos grandes, baixa estatura, ter deficiência física; deboche, sarcasmo, bullying, recebeu apelidos; discriminação social, de classes - porque era pobre; discriminação pelo local de moradia ou procedência - por ser do nordeste, do interior, periferia; preconceito ou discriminação pela orientação sexual e pelo gênero - gay, lésbica, bissexual; por ter comportamento de menino, não era fresco; direitos do cidadão, desrespeito das leis que protegem o cidadão; calúnia, difamação, fofoca, acusação mentirosa; relacionamento amoroso - conflitos, desentendimentos, desprezo amoroso, ciúmes; foi inferiorizado; expulsão de casa, lar, comunidade, igreja, bar; discriminação religiosa; discriminação por motivo de doença - convulsão, diabetes, impossibilidade de andar; violação de privacidade; discriminação por ser mulher; discriminação pelo modo como se vestia, pelos trajes; constrangimento público, humilhação pública, xingamento público; discriminação por ser mãe solteira; abandono, desprezo, foi renegado por pai, mãe, responsável, cônjuge; discriminação etária - não acreditar na idade que tinha; discriminação por uso de drogas (maconha/ crack).

**Figura 4.** Tipo de humilhação, desrespeito ou discriminação sofrida na pior experiência



Observa-se que, entre os estudantes, um total de 94% declarou ter sofrido algum tipo de violência simbólica. Originalmente, considerava-se como violência apenas as agressões físicas ou intimidatórias. Violência simbólica ocorre devido ao mecanismo de dominação na sociedade, utilizado de forma sutil pelas classes dominantes, a fim de legitimar certas crenças, comportamentos, ou tradições. Esse fenômeno foi identificado por Bourdieu (2011):

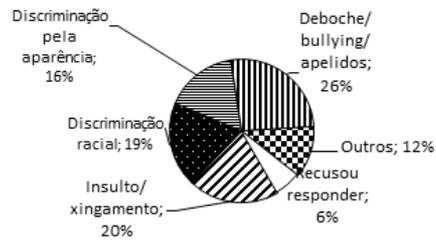
*[...] violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, faz esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avalia, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/preto, rico/pobre, etc.) resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que ser social é produto (BOURDIEU, 2011, p. 47).*

O sistema simbólico, construção cultural, perpetua-se pela internalização do conjunto de significados que o caracteriza e que permite a cada sujeito localizar o seu lugar e o dos demais na ordem social. O processo de interiorização apresenta-se naturalizado nas práticas sociais, e sua arbitrariedade não é identificada pelos sujeitos que sofrem esse processo. A violência simbólica não é constituída por ato de imposição física ou violento de intimidação. Manifesta-se na invisibilidade dos significados internalizados, social e culturalmente aceitos como tal e que não são, por isso, considerados injustos ou opostos ao bom convívio social. Essa violência, entretanto, é sentida pelo sujeito, de forma indizível e muitas vezes sem clareza, sendo difícil de detectar. Seu caráter é simbólico porque se liga a uma rede de significados sociais que banem e excluem da existência social aqueles que não se ajustam a ela. Preconceitos, humilhações, discriminações apresentam-se como atos de extrema violência porque provocam um sofrimento que não pode se manifestar como injusto socialmente.

A discriminação do tipo de humilhação, desrespeito ou preconceito permite compreender o aspecto simbólico e o sofrimento subjetivo que acompanham essas experiências. Deboche, *bullying* e apelidos referem-se não apenas à intenção do agressor, mas remetem também à interpretação subjetiva de

sofrimento que fazem desses atos experiências de violência. Dentre as formas tipificadas, além do deboche, *bullying* e apelidos, há discriminação pela aparência, discriminação racial, insultos e xingamentos, que são formas de violência simbólica que denotam um sofrimento psíquico resultante da situação de violência.

**Figura 5.** Tipo de humilhação, desrespeito ou discriminação sofrida na pior experiência



Um importante aspecto que caracteriza a violência simbólica é a invisibilização do processo de agressão e de sofrimento da vítima. Isso faz dos sujeitos que sofrem a violência seres invisíveis, que não conseguem ser reconhecidos sequer como vítimas. Sistematically ignorado, o vitimizado passa a duvidar de sua própria existência social, condenado à eterna invisibilidade. É possível identificar nas formas agressivas de tratamento contra docentes e autoridades escolares uma forma de autoavaliação e busca pelo reconhecimento ou, em outros termos, uma tentativa de reagir utilizando a mesma linguagem agressiva que reconhecem na forma como se sentem tratados. Muitos professores enunciam esse tipo de comportamento agressivo como “o aluno quer aparecer”, reconhecendo, em certa medida, que sem a ação violenta o sujeito estaria fadado à invisibilidade.

A ausência de mobilidade dos educadores é parte desse discurso violento que é interpretado pelos alunos como um descompromisso e desinteresse por suas vidas. Deve-se observar, ainda, que boa parte dessa linguagem violenta se manifesta por meio de olhares, posicionamento dos corpos e dos gestos que, embora não possam ser caracterizados como provas objetivas de agressão, constituem, por isso mesmo, a pior das violências, porque nega a vítima a possibilidade de defesa. A angústia de se ver condenado a uma inexistência social pela invisibilização sistemática torna-se resposta agressiva que, por seu lado, também manifesta seu desdém pelo outro, devolvendo a invisibilização de que se sente vítima.

### **Violência, humilhação, sofrimento**

Os processos de invisibilização têm como uma de suas fontes o fato de que tanto a vítima como o agressor não se reconhecem na relação agressor/vítima. Enquanto, por um lado, o agressor aprecia seu ato como confirmação e legitimação de sua superioridade e autoridade, a vítima, ainda que identifique o sofrimento, muitas vezes não reconhece a si mesma como tal. Isso não é apenas um efeito da naturalização e banalização da violência, mas decorre, antes, do fato de que as concepções de violência e de vítima são construídas socialmente, e por isso o sofrimento associado à violência depende, muitas vezes, de um processo de legitimação social.

Como se sabe, foram as demandas sociais associadas ao reconhecimento dos processos de sofrimento perpetrados às vítimas que possibilitaram a caracterização do racismo, discriminação de gênero e preconceitos em geral como atos de violência. Entretanto, para além desses sofrimentos socialmente reconhecidos, há uma gama de sofrimentos de natureza pessoal e absolutamente individual, cujo caráter subjetivo dificulta o seu reconhecimento como violência. Além disso, em muitos casos, esse sofrimento não reconhecido, ao ser acompanhado de angústia e ressentimento indeterminados, acaba por determinar atos indiscriminados de agressão por parte da vítima, precisamente por não ter sua condição de vítima reconhecida. Apreender a lógica social que fundamenta a noção de violência se apresenta, portanto, como um importante elemento para a compreensão do processo de violência escolar, possibilitando a adoção de políticas educacionais voltadas para esse problema.

Sarti (2011) observa que a expressão do sofrimento supõe códigos culturais que sancionam as formas de manifestação dos sentimentos. Nesse sentido, apenas quando expressos por meio de formas instituídas e reconhecíveis, os sentimentos tornam-se socialmente inteligíveis. Para o autor (2011), essa experiência traumática pode ser ressignificada em momentos posteriores de elaboração, o que torna relevante a reflexão sobre o contexto.

Para Mauss (1979), a partir de pesquisas com diferentes povos, entende que muitas expressões orais de sentimentos e emoções têm caráter unicamente coletivo e expressam uma linguagem reconhecida por todos. Isso significa que a expressão de sentimentos obedece a uma lógica social estabelecida, o mesmo ocorrendo com as expressões de sofrimento.

Em geral, a solução para a violência institucionalmente reconhecida é personificada como crime. Como a violência cotidiana se concentra na esfera das relações individuais, não é reconhecida no âmbito jurídico porque é dificilmente tipificada. A figura do *bullying*, que tem recebido cada vez maior atenção e interesse, pertence a essa esfera de sofrimento subjetivo. Entretanto, a peculiaridade do *bullying* não consegue abranger todas as formas de sofrimento e violência subjetiva porque para ser classificada como tal é exigida a recorrência da ação violenta. No mesmo patamar encontra-se o assédio, que só pode ser estabelecido como tal, se comprovada sua recorrência. Existem violências contra sujeitos que são ignoradas porque não podem ser tipificadas. Está em jogo, aqui, a própria percepção de si como vítima de violência, principalmente nos casos de humilhação considerados pessoais. O sujeito reconhece a dor

psíquica provocada pela ação humilhante, mas, por se tratar de sofrimento subjetivo, que não pode ser partilhado com mais ninguém, ele próprio não se reconhece na condição de vítima.

### **Considerações finais: um desafio**

O Estado brasileiro tem impulsionado políticas públicas participativas, voltadas para a igualdade, equidade e justiça social. Uma série de ações no âmbito das políticas educacionais tem apontado para a gestão democrática como uma forma de organização escolar capaz de reduzir as desigualdades, possibilitando o respeito à diversidade e às diferenças. Resulta dessas políticas um cenário contraditório no qual convivem ações que visam a integração dos excluídos, a participação comunitária e a partilha dos deveres políticos com práticas cotidianas autoritárias, preconceituosas e que invisibilizam a violência contra sujeitos particulares.

A investigação aqui apresentada permite concluir que um projeto de transformação social, voltado para uma sociedade igualitária, deve visar não apenas as macropolíticas, mas também, e quiçá principalmente, as microrrelações que determinam a vida cotidiana. É nesse espaço que, por meio de uma invisibilidade consentida, sujeitos são submetidos a um tipo de violência invisível porque ainda não encontram relevância nem proteção social.

### **Referências**

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros - 2013*. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01.2013> Acesso em: 07 out. 2014.

NOVAES, R.et al. (org.) *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.) *Mauss*. São Paulo: Ática, 1979.

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, jan./abr. 2011.